

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Mensagem do Presidente

No presente ano, recebi a missão de presidir a **Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP**. Com mais de 90 anos de história e significativo papel no desenvolvimento do Estado, a CODASP iniciou sua contribuição no período da colonização, abrindo caminhos para o avanço da malha ferroviária. Desde então, após ter auxiliado no desenvolvimento

agrário, presta apoio técnico as atividades agrícolas, por meio de serviços de motomecanização, com foco na preservação dos recursos renováveis. Ao longo de sua trajetória, passou por importantes transformações relativas à razão social, estrutura organizacional, alteração das atividades desempenhadas e mudança de regime jurídico, sendo que, em dezembro de 2016, tornou-se empresa dependente dos recursos do Tesouro do

Estado. À vista de sua dependência financeira e alinhados com o propósito do Governo do Estado, acionista majoritário desta empresa, temos um grande desafio adiante: promover a racionalização dos recursos públicos, aumentar a eficiência operacional e garantir a contraprestação à sociedade.

Nelson Antônio de Souza
Diretor-Presidente

Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em reais)			
ATIVO	N.E.	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante		30.738.247	25.502.403
Caixa e equivalente de caixa	4	5.620.205	1.969.288
Aplicações financeiras	5	19.495.323	15.199.874
Clientes	6	3.088.465	3.509.312
Impostos a recuperar	7	363.090	1.086.435
Estoque	8	1.536.553	971.628
Créditos de funcionários		362.014	305.885
Outras contas a receber	9	272.598	2.463.980
Ativo Não Circulante		34.416.439	35.792.229
Realizável a longo prazo		5.926.879	6.359.384
Clientes	6	5.410.117	6.014.224
Dépósitos judiciais	10	516.762	345.160
Investimentos	11	871	840
Propriedades para investimentos	12	26.549.221	26.549.221
Imobilizado	13	1.363.948	2.873.081
Intangível	13	575.521	9.703
Total do Ativo		65.154.686	61.294.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em reais)			
PASSIVO	N.E.	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Circulante		11.997.229	11.961.822
Fornecedores	14	3.654.790	3.744.457
Obrigações trabalhistas	15	3.223.531	3.222.653
Impostos e contribuições a recolher	16	4.268.460	4.538.129
Outras contas a pagar	17	473.451	315.205
Parcelamento impostos	18	376.998	141.378
Passivo Não Circulante		46.425.446	44.439.405
Outras contas a pagar	17	998.150	970.385
Parcelamento impostos	18	617.318	1.214.774
Provisão para contingências	19	44.809.978	42.254.246
Total do Passivo		58.422.675	56.401.228
Patrimônio Líquido		6.732.010	4.893.404
Capital social		107.183.520	107.183.520
Ações em tesouraria		(3)	-
Recursos para aumento de capital		22.295	22.295
Reserva especial - Decreto 332/91		786.721	786.721
Prejuízos acumulados		(127.657.241)	(129.495.850)
Ajustes de avaliação patrimonial		26.396.717	26.396.717
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		65.154.686	61.294.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados (em reais)			
	N.E.	31/12/2018	31/12/2017
Receita com Prestação de Serviços		38.589.931	23.900.845
Subvenção Econômica		28.581.667	35.855.241
Receita operacional bruta	21	67.171.598	59.756.086
Tributos sobre Serviços Prestados	22	(3.825.588)	(2.186.066)
Receita operacional líquida	23	63.346.010	57.570.020
Custos dos serviços prestados		(37.999.148)	(34.964.077)
Lucro operacional bruto	24	25.346.862	22.605.943
Despesas administrativas	24	(22.990.065)	(30.997.696)
Outras receitas		1.624.139	9.975.555
Resultado operacional antes das despesas e receitas financeiras	25	3.980.936	1.583.803
Receitas (despesas) financeiras		600.777	38.466
Resultado antes do IRPJ e CSLL	26	4.581.713	1.622.269
IRPJ	25	(1.992.977)	(1.148.352)
CSLL	25	(750.127)	(422.047)
Resultado líquido do exercício	26	1.838.609	51.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (em reais)			
	N.E.	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante		30.738.247	25.502.403
Caixa e equivalente de caixa	4	5.620.205	1.969.288
Aplicações financeiras	5	19.495.323	15.199.874
Clientes	6	3.088.465	3.509.312
Impostos a recuperar	7	363.090	1.086.435
Estoque	8	1.536.553	971.628
Créditos de funcionários		362.014	305.885
Outras contas a receber	9	272.598	2.463.980
Ativo Não Circulante		34.416.439	35.792.229
Realizável a longo prazo		5.926.879	6.359.384
Clientes	6	5.410.117	6.014.224
Dépósitos judiciais	10	516.762	345.160
Investimentos	11	871	840
Propriedades para investimentos	12	26.549.221	26.549.221
Imobilizado	13	1.363.948	2.873.081
Intangível	13	575.521	9.703
Total do Ativo		65.154.686	61.294.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes (em reais)			
	N.E.	31/12/2018	31/12/2017
Outros resultados abrangentes Imobilizado		1.838.609	51.870
Resultado abrangente	27	1.838.609	51.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa (em reais)			
	N.E.	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de Caixa das atividades operacionais	28	389.248	(4.335.348)
Resultado do exercício		1.838.609	51.870
Ajuste de exercícios anteriores		-	(8.166.614)
Depreciações e amortizações		(5.238.715)	(9.068.374)
Provisão para perdas de créditos		1.260.792	1.252.162
Provisão para férias e encargos sociais		92.901	(1.122.000)
Ganho na venda de ativo imobilizado		-	-
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis		2.555.732	6.435.030
Outros ajustes no resultado		67.603	-
a) Total	29	576.923	(4.267.926)
(Aumento) Redução dos Ativos Circulante e Não circulante	30	(1.838.609)	(51.870)
Clientes		(235.838)	742.922
Impostos a recuperar		(723.345)	(802.551)
Estoques		(564.925)	(448.934)
Créditos de funcionários		(56.129)	575.688
Outras contas a receber		2.191.382	(2.451.953)
Dépósitos judiciais		(171.601)	(181.405)
Investimentos		(31)	57.514
(Aumento) Redução dos Passivos Circulante e não circulante	31	(187.675)	(67.421)
Fornecedores		(89.667)	2.111.023
Obrigações trabalhistas		(92.023)	(34.875)
Obrigações tributárias		(269.669)	498.357
Parcelamento de impostos		(361.837)	(291.107)
Outras contas a pagar		186.009	157.899
Provisões		-	-
b) Total	32	(187.675)	(67.421)
(a+b) Caixa Líquido gerado (operacional) pelas atividades operacionais	33	389.248	(4.335.348)
Fluxo de Caixa das atividades de Investimento	34	8.369.118	20.332.429
Adições de Imobilizado e Intangível		(808.001)	(5.027.955)
Baixas de Imobilizado e Intangível		8.369.118	20.332.429
c) Caixa Líquido gerado nas atividades de Investimento	35	7.561.118	15.304.474
Recebimentos para aumento de capital		-	-
(a+b+c) Aumento (redução) do capital circulante líquido	36	7.950.365	10.969.127
Saldo Inicial caixa		17.165.162	6.196.035
Saldo Final caixa		25.115.527	17.165.162
Total	37	7.950.365	10.969.127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO - CODASP** é uma empresa pública, dependente do Tesouro do Estado e vinculada à Secretaria de Governo. Tem por objetivo operar em consignação, por conta própria ou por intermédio de terceiros, em atividades de motomecanização, transporte de máquinas e equipamentos, obras, edificações, serviços de engenharia e infraestrutura, voltados à conservação do solo e da água; à irrigação; à agricultura; à silvicultura; à agropecuária; ao agronegócio e ao desenvolvimento sustentado e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, como também em atividades que implementem a política do Governo do Estado de São Paulo e, ainda, celebrar convênios para atingir as metas dos programas instituídos pelo Chefe do Poder Executivo, relacionados com as atividades da Companhia. Visando o desenvolvimento de suas atividades, a CODASP recebe subvenções econômicas do Governo do Estado de São Paulo para custeio de despesas correntes e pessoais.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 13.303/16. **b. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **e. Reapresentação de demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Esta reapresentação decorre de reconciliações realizadas nas contas de ativo imobilizado (terrenos) e impostos a recuperar tendo como contrapartida a conta de "prejuízos acumulados", uma vez que as retificações identificadas se referiam a exercícios anteriores a 2017 e 2016. A seguir constam explicações detalhadas sobre os ajustes e efeitos identificados: **(i) Imobilizado - terrenos** - Conforme mencionaremos adiante na nota explicativa nº 12 - "Propriedades para investimentos", em 2018 a Companhia realizou uma revisão integral dos saldos registrados na referida rubrica, obtendo também laudos atualizados para suportar o registro destes ativos. Como resultado desta revisão, foi identificado que o custo dos terrenos no valor de R\$1.379.087, que anteriormente havia sido reclassificado para a rubrica "Propriedade para investimento", também permanecia registrado na conta de Terrenos no ativo imobilizado, acarretando em uma duplicidade de contabilização. Dessa forma, para corrigir esta inconsistência, a Companhia realizou o estorno do valor registrado em duplicidade em seu ativo imobilizado no montante de R\$1.379.078, tendo como contrapartida a rubrica "prejuízos acumulados" no patrimônio líquido. O efeito deste ajuste está demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizado (terrenos)	31/12/2017	31/12/2016
Apresentado	4.252.168	10.478.731
Reapresentado	2.873.081	9.099.644
Efeito	(1.379.087)	(1.379.087)

(ii) Impostos a recuperar - Em 2018 a CODASP revisou suas obrigações acessórias de exercícios anteriores, tendo identificado um crédito tributário no montante de R\$ 558.305, o qual não estava escriturado nos livros fiscais e contábeis da Companhia. Dessa forma, referidos créditos foram escriturados fisalmente nos seus respectivos livros fiscais de acordo com sua competência, e registrados na contabilidade nos saldos de abertura dos exercícios anteriores. O efeito deste ajuste está demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos a recuperar	31/12/2017	31/12/2016
Apresentado	528.130	1.086.435
Reapresentado	1.086.435	558.305
Efeito	558.305	(528.130)

(iii) Prejuízos acumulados - Esta rubrica também está sendo reapresentada das retificações comentadas nos tópicos precedentes. O efeito líquido de referidos correções foi de R\$ (820.782) em 2017 e R\$ (1.379.087) em 2016, e está apresentada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízos acumulados	31/12/2017	31/12/2016
Apresentado	(128.675.068)	(126.352.018)
Reapresentado	(129.495.850)	(127.731.106)
Efeito	(820.782)	(1.379.087)

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas

demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - As demonstrações reconhecem inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Recebíveis** - Esses ativos abrangem caixa e equivalentes, contas a receber e outros créditos. São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. **Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo. **Aplicações Financeiras** - Abrangem aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **(ii) Passivos financeiros não derivativos** - Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, contas a pagar, e outras contas a pagar. **b. Ativo imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciação** - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, acompanhando as taxas normais classificadas por lei fiscal. **Levantamento de ativos** - Anualmente é realizado o inventário físico dos ativos, quando é verificada a localidade e estado do bem. Com base nas informações levantadas, foram feitos cruzamentos com a base de dados do sistema, realizando-se transferências para as bases certas a fim de termos, preliminarmente, a realidade física dos bens. **c. Estoques** - Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, não excedendo o valor de mercado e são compostos por materiais de consumo, representados por peças para manutenção de veículos, máquinas e implementos, combustíveis, lubrificantes e, material de limpeza e escritório. **d. Provisões** - Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **e. Demais passivos circulantes e não circulantes** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **f. Receita operacional** - A receita operacional da prestação de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento, por se tratarem de subvenções incondicionais de custeio, vinculadas às ações em andamento de reestruturação da Companhia, as quais estão sendo integralmente cumpridas no curso de suas atividades. **g. Receitas e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros diversos. **h. Imposto de renda e contribuição social** - A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o excedente de R\$ 240mil, no caso do IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável, no caso da CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **i. Demonstração do fluxo de caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **j. Demonstração do resultado abrangente** - Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não são derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Caixa	16.805	72.881	86.376
Bancos	5.603.400	1.896.407	6.109.597
Total	5.620.205	1.969.288	6.195.973

Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis. O aumento em

2018 em relação à 2017 da rubrica de banco se deu em virtude do recebimento de clientes nos últimos dias do ano.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Aplicações Financeiras	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Aplicações Financeiras	19.495.323	15.195.874	62
Total	19.495.323	15.195.874	62

As aplicações financeiras referem-se a cotas de fundo de investimento junto ao Banco do Brasil com rendimento de 6,42% ao ano e a investimentos realizados na corretora do Sistema SIAFEM - Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios, administrado pela Secretaria da Fazenda, conforme determinado pelo Decreto 60.244 de 14 de março de 2014. A variação positiva em 2018 é decorrente do aumento das receitas com prestação de serviços, conforme mencionado na nota explicativa nº 21.

6. CLIENTES

	31/12/
--	--------

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Impostos a recuperar	63.917	785.218	40.548
IRRF a recuperar	-	-	-
IRPJ a recuperar	-	-	-
CSLL a recuperar	148.791	150.835	87.448
PIS/PASEP a recuperar	26.766	26.616	27.694
COFINS a recuperar	123.616	123.616	127.819
INSS a recuperar	-	-	376
Total	363.090	1.086.435	283.885

Os saldos de impostos e contribuições a recuperar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em 2017 houve um acréscimo de R\$ 558.305 na referida conta, decorrente de retificações de exercícios anteriores. A redução do exercício de 2018 se deu em grande parte pela baixa de créditos expirados.

8. ESTOQUES

	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Estoque	768.300	349.151	163.749
Bauru	204.569	249.913	-
Campinas	-	-	13.035
Gerência de Manutenção	206.368	109.380	34.412
Presidente Prudente	305.421	194.140	103.666
São José do Rio Preto	57.204	69.044	24.742
São Paulo	(5.309)	-	-
(-) Provisão para perda de estoques	<u>1.536.553</u>	<u>971.628</u>	<u>522.694</u>

O aumento na rubrica de estoques está vinculado às aquisições para este estoque mínimo visando o melhor atendimento às demandas da Companhia, especialmente para o "Programa Melhor Caminho", que teve um aumento significativo em comparação ao exercício anterior.

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Outras contas a receber	271.789	2.460.971	-
Despesas de exercício	809	3.009	12.027
Alocado para o exercício seguinte	<u>272.598</u>	<u>2.463.980</u>	<u>12.027</u>

Conforme demonstrado no quadro acima, cerca de 99,7% da rubrica refere-se a saldo remanescente oriundo da venda parcelada de ativos (maquinários em geral), operação esta ocorrida em 2017. A redução no saldo a receber decorre exclusivamente do recebimento normal das parcelas em aberto.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 2018, durante a realização do inventário de bens, foram criados novos grupos de controle. Dessa forma, os ativos foram reclassificados entre grupos, mas não houve necessidade de alteração da taxa de depreciação. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a rubrica de terrenos foi reajustada em R\$1.379.087 e está sendo reapresentada, em decorrência da identificação de um bem registrado em duplicidade na conta de ativo imobilizado, o qual já constava registrado na rubrica "Propriedades para Investimentos". Além disso, foi constatado que diversos ativos já não integravam o patrimônio da companhia e por isso foram baixados a título de ajuste de inventário. Por se tratar de bens totalmente depreciados, não houve impacto nas demonstrações financeiras.

a. Composição dos saldos

	Vida útil (anos)	31/12/2018 Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	31/12/2017 Valor Líquido
Terrenos	-	49.392	-	49.392	49.392
Edifícios	25	1.909.697	(1.874.741)	34.956	43.655
Tratores e implementos	10	-	-	-	961.822
Móveis e utensílios	10	1.016.363	(912.765)	103.597	179.841
Veículos	5	3.424.662	(3.328.341)	96.321	1.000.568
Máquinas e tratores	4	31.432.599	(31.412.729)	19.870	118.815
Instalações	10	137.451	(113.872)	23.579	34.065
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	841.642	(821.531)	20.112	38.940
Computadores e periféricos	5	830.157	(784.334)	45.823	64.253
Tratores - Pró Estrada	4	533.843	(533.843)	-	0
Benfeitorias em imóveis próprios	10	1.576.829	(1.351.534)	225.295	381.731
Implementos	4	731.864	(557.243)	174.621	-
Caminhões	5	10.122.045	(9.682.241)	439.804	-
Equipamentos técnicos	10	1.054.719	(924.140)	130.579	-
Softwares	10	938.898	(363.377)	575.521	9.703
Marcas e patentes	10	130.762	(130.762)	-	-
Total Geral		54.730.922	(52.791.453)	1.939.469	2.882.784

b. Movimentação do custo

	31/12/2017	Adições	Reclassificação entre grupos	Ajuste de inventário	31/12/2018
Terrenos	49.392	-	-	-	49.392
Edifícios	1.909.697	-	-	-	1.909.697
Tratores e implementos	32.911.830	-	(31.393.215)	(1.518.615)	-
Móveis e utensílios	902.328	18.343	-	95.692	1.016.363
Veículos	13.484.916	-	(10.060.254)	-	3.424.662
Máquinas e tratores	607.107	-	30.825.492	-	31.432.599
Instalações	170.965	8.138	-	(41.652)	137.451
Benfeitorias em imóveis de terceiros	841.642	-	-	841.642	841.642
Computadores e periféricos	777.573	17.660	-	34.923	830.157
Tratores - Pró Estrada	7.155.626	-	-	(6.621.783)	533.843
Benfeitorias em imóveis próprios	1.576.829	-	-	1.576.829	1.576.829
Implementos	-	164.141	567.723	-	731.864
Caminhões	-	-	10.060.254	61.791	10.122.045
Equipamentos técnicos	-	29.070	1.025.649	-	1.054.719
Softwares	394.286	570.649	-	(26.037)	938.898
Marcas e patentes	130.762	-	-	-	130.762
Total Geral	60.912.952	808.001	1.025.649	(8.015.681)	54.730.922

c. Movimentação da depreciação

	31/12/2017	Adições	Baixas	Reclassificação entre grupos	31/12/2018
Terrenos	-	-	-	-	-
Edifícios	1.866.042	-	-	8.700	1.874.741
Tratores e implementos	31.950.008	-	(888.159)	(31.061.849)	765
Móveis e utensílios	722.487	-	(40.493)	230.771	912.765
Veículos	12.484.348	-	(557.508)	(8.598.499)	3.328.341
Máquinas e tratores	488.292	-	(32.253)	30.956.691	31.412.729
Instalações	136.900	-	(9.272)	(13.756)	113.872
Benfeitorias em imóveis de terceiros	802.702	-	(21.001)	39.829	821.531
Computadores e periféricos	713.320	-	(34.357)	784.334	784.334
Tratores - Pró Estrada	7.155.626	-	-	(6.621.783)	533.843
Benfeitorias em imóveis próprios	1.195.099	-	-	156.435	1.351.534
Implementos	-	-	-	557.243	557.243
Caminhões	-	-	-	9.682.241	9.682.241
Equipamentos técnicos	-	-	-	924.140	924.140
Softwares	384.583	-	(3.555)	363.377	363.377
Marcas e patentes	130.762	-	-	-	130.762
Total Geral	58.030.168	-	(1.586.598)	(3.652.117)	52.791.453

Em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 e Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia avalia outras evidências de deterioração de seus ativos, e não constatou a necessidade de provisão para Impairment.

14. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores registrado no valor de R\$ 3.654.790 (R\$ 3.744.457 em 2017) é composto pelas movimentações anuais de inclusão de notas fiscais de aquisição de produtos e serviços e baixas pelos pagamentos ao longo do exercício.

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Obrigações trabalhistas	2.418.218	2.325.317	3.447.317
Provisão para férias e encargos	-	-	-
INSS a recolher sobre folha de pagamento	208.624	182.776	248.955
IRRF a recolher sobre folha de pagamento	225.854	186.817	254.356
FGTS a recolher	167.354	160.612	197.541
Contribuição sindical a pagar	2.039	1.943	3.469
INSS a recolher sobre receita bruta	193.177	357.033	219.495
Pensão alimentícia e antecipações a pagar	8.265	8.155	8.394
Total	3.223.531	3.222.653	4.379.527

O critério para pagamento da folha é o último dia útil do mês. A provisão para encargos de férias dos funcionários foi constituída de acordo com os direitos adquiridos até a data de encerramento do exercício, acrescidos dos encargos previdenciários e sociais. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia mantinha em seu quadro 313 colaboradores (326 em 2017).

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A rubrica é composta por recursos depositados em juízo para interposição de reclamações de natureza trabalhista e cíveis e demais atualizações monetárias dos valores em discussão. Aproximadamente de 91% do montante encontra-se provisionado na rubrica "Provisão para contingências", conforme descrito na nota explicativa nº 19. A diferença não provisionada se refere a depósitos pendentes de resgate, cujas ações já foram encerradas ou acordadas (com trânsito em julgado a favor da Companhia).

11. INVESTIMENTOS

Os saldos se referem às participações societárias minoritárias em outras empresas de economia mista ou públicas.

12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

O saldo registrado no montante de R\$ 26.549.211, refere-se à contabilização do valor justo dos imóveis não operacionais. Referido saldo foi registrado em 31 de dezembro de 2014, baseado em laudos emitidos pela Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS no exercício de 2013. No ano de 2018, conforme requisitos do CPC 28 – Propriedade para Investimento, os imóveis foram reavaliados. De acordo com os laudos emitidos por peritos independentes, o valor de mercado dos bens é de R\$ 68.517.124, não existindo, portanto, a necessidade de substituição de provisão de impairment. A seguir demonstramos a composição dos imóveis e seus respectivos valores de avaliação:

Item	Descrição	Reavaliação
1	Andradina	949.483
2	Andradina	6.098.079
3	Araçatuba	1.313.019
4	Bragança Paulista	10.461.366
5	Casa Branca	4.598.175
6	Cerqueira César	112.803
7	Fernandópolis	5.557.978
8	Franca	9.944.498
9	Guaratinguetá	4.427.936
10	Itatinga	1.680.088
11	Jaú	4.459.899
12	Lins	1.462.803
13	Marília	13.660.977
14	Santa Ernestina	74.260
15	Santa Ernestina	70.310
16	São Manuel	3.646.170
Total		68.517.124

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Outras contas a pagar	473.451	315.205	1.269.069
- Circulante			
Acordos trabalhistas a pagar	345.677	176.487	2.000
Cauções e valores em garantia	69.320	73.189	174.313
Cooperativas a pagar	55.924	61.741	96.083
Adiantamentos de clientes	-	-	840.580
Outras contas a pagar	2.530	3.788	156.093
Total	473.451	315.205	1.269.069

Outras contas a pagar

	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
- Não circulante			
Acordos trabalhistas a pagar	-	-	-
A longo prazo	905.741	970.385	-
IRPJ diferido	67.947	-	-
CSLL diferida	24.462	-	-
Total	998.150	970.385	-

18. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Parcelamento impostos	376.998	141.378	-
- Circulante			
PIS	27.960	9.320	-
COFINS	129.044	43.015	-
CPRB	193.566	64.522	-
ISS	26.428	24.521	-
Total	376.998	141.378	-

Parcelamento impostos

	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
- Não circulante			
PIS	46.599	92.425	120.470
COFINS	215.073	427.465	557.176
CPRB	322.610	635.421	828.235
ISS	33.036	59.463	-
Total	617.318	1.214.774	1.505.881

A redução do parcelamento de impostos no não circulante decorre da dos pagamentos das parcelas, assim como pela reclassificação para o circulante.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Provável	38.811.389	37.473.805	31.979.744
Ações Cíveis (a)	5.527.084	4.780.441	3.839.472
Ações trabalhistas (b)	471.505	-	-
Depósitos recursais	<u>44.809.978</u>	<u>42.254.246</u>	<u>35.819.216</u>

A Companhia é parte em ações judiciais em processos de natureza administrativa e trabalhista, em trânsito perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com base nas informações de sua Assessoria Jurídica realizada sobre a análise das demandas judiciais pendentes e com base em experiências anteriores referentes a jurisprudências nos respectivos tribunais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas estimadas com as ações em curso. A seguir, apresentamos maiores detalhes com relação às ações em andamento: (a) Refere-se, principalmente, ao valor da ação de cobrança acumulada com pedido de indenização por danos materiais, movidas pela Atrium Participações, Consultoria e Adm. Ltda. O valor atualizado desta demanda em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 34.276.263 e representa 88% do montante total da provisão para perda de ações cíveis. (b) A Companhia possui processos trabalhistas em andamento, cujos temas versam, principalmente, sobre adicionais de periculosidade, insalubridade, horas extras, vínculo empregatício e verbas rescisórias. São provisionados os valores de causas prováveis e em execução. O aumento da provisão de-se em virtude da atualização dos valores e à novas ações trabalhistas.

Ações em andamento com probabilidade de perda "possível" - A Companhia é parte em ações judiciais envolvendo riscos de perda classificadas como de "possível perda" por sua assessoria Jurídica, para as quais não há provisão constituída. A seguir, apresentamos um resumo das ações em andamento:

	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Ações Cíveis	1.745.249	1.329.134	2.201.470
Ações trabalhistas	6.958.584	4.814.120	6.611.256
Total	8.698.834	6.213.254	8.812.726

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital integral - Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e totalmente integralizado no valor de R\$ 107.183.52

Notas explicativas às demonstrações financeiras (valores expressos em reais)

24. DESPESAS	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Despesas	(9.571.140)	(11.035.827)	(11.622.020)
Pessoal administrativo (a)	(7.666.451)	(8.599.260)	(6.616.267)
Administrativas	(266.732)	(293.610)	(791.173)
Depreciação e amortização	(1.115.032)	(316.463)	(1.582.001)
Outras despesas (b)	(4.370.710)	(7.752.535)	(12.704.691)
Provisões (c)	(22.990.065)	(30.997.695)	(33.316.152)

(a) A diminuição das despesas com pessoal administrativo está relacionada ao PDV (Programa de demissão voluntária) iniciado em 2017. Estas ações estão relacionadas ao plano de reestruturação da Companhia. (b) A rubrica de outras despesas é constituída principalmente pela perda de títulos incobráveis (prescritos) e por créditos expirados de impostos (IRRF R\$ 721.302 e CSLL R\$ 9.977). Demonstramos a seguir a abertura dos saldos:

Outras despesas	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Doações realizadas	(41.657)	(37.777)	-
Perda de títulos incobráveis	(330.929)	(277.973)	(1.580.482)
Correção monetária	-	(713)	(1.519)
Perda de capital	(14.167)	-	-
Créditos expirados de impostos	(7.285.279)	-	-
	(1.115.032)	(316.463)	(1.582.001)

(c) A composição das provisões se deu da seguinte maneira:

Provisões	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Contingência Cível (a)	(1.337.584)	(5.500.012)	(116.776)
Contingência Trabalhista	(1.284.526)	(942.848)	(3.033.060)
Perda de investimentos	31	(57.514)	1.908.561
Créditos de liquidez duvidosa	(1.291.070)	(1.252.161)	(9.554.855)
Precatórios	-	-	(1.908.561)
Perda de depósitos judiciais	(359.849)	-	-
Perda de estoques	(5.305)	-	-
IRPJ diferido	(67.947)	-	-
CSLL diferida	(24.461)	-	-
	(4.370.711)	(7.752.535)	(12.704.691)

(a) Houve uma considerável redução na despesa com provisão para contingências cíveis devido à reclassificação de provável para líquida, de uma ação movida pela Atrium Participações, Consultoria e Adm. Ltda., no valor total de R\$ 2.000.000.

25. IRPJ E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Demonstramos a seguir a abertura dos saldos:		
Tributos sobre o resultado	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Resultado antes do IRPJ e CSLL	4.581.713	1.622.269	(9.177.712)
IRPJ	(1.992.977)	(1.148.352)	-
CSLL	(750.127)	(422.047)	-
Resultado líquido do exercício	1.838.609	51.870	(9.177.712)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Visão geral - A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas demonstrações financeiras, os quais se destinam a atender as suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxa de juros. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. **Gerenciamento de risco** - A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas de serviços para a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Prefeituras entre outras entidades da administração direta e indireta, as quais apresentam risco reduzido de inadimplência. Para os casos de inadimplência, a Administração mantém provisão que considera suficiente para eventuais perdas na recuperação de seus recebíveis. **Valorização dos instrumentos financeiros** - Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **a. Caixa e equivalentes de caixa** - O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras nota explicativa nº 4). As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **b. Empréstimos e financiamentos** - Ocorrendo empréstimos e/ou financiamentos para aquisição de imobilizado, são registrados com base nos juros contratuais de cada operação e são designados pelo valor justo em contrapartida de resultado. **Operações com derivativos** - A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer

operações de Swap ou similares.

27. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme a Lei nº 16.923, de 07 de janeiro de 2019, a previsão orçamentária de receita com subvenção econômica é de R\$ 29.082.732. Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, não ocorreu nenhum "evento subsequente" significativo, além do citado acima, que pudesse ser divulgado ou registrado nas demonstrações financeiras, de acordo com os requisitos do CPC 24 - Eventos Subsequentes.

29. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DE INTERESSE PÚBLICO - LEI 13.303/16 (NÃO AUDITADO)

Detentora de Tecnologia Própria, a CODASP é executiva oficial do Programa Melhor Caminho que foi instituído pelo decreto n.º 41.721/97. O referido programa tem a finalidade de promover a readequação e recuperação do solo das áreas adjacentes às estradas rurais, disculpando a água da chuva para terraços e bacias de captação, favorecendo a infiltração e vazão do lençol freático. Junto à importância na agricultura, este programa é, antes de tudo, social e ambiental, pois permite que a população rural tenha convívio em sociedade, acesso à saúde, educação e o que a ela for significativo e indispensável. Em 2018 o programa gerou receita bruta de R\$ 32.046.427 e aproximadamente R\$ 26.512.398 de custo, perfazendo um resultado de R\$ 5.534.029 que foi consumido nas demais atividades operacionais da Companhia.

Claudia Alves Guedes - Contadora
CRC - 1SP183707/O-9

Nátany Alves Boldo - Contadora
CRC - 1SP309554/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO -
CODASP
São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO - CODASP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, de 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO - CODASP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com o suposto de continuidade operacional. A administração da Companhia nos últimos anos evidenciou esforços na manutenção de suas atividades operacionais incluindo, entre outras as seguintes ações: (i) recebimento de subvenção por custeio; (ii) inclusão como dependente do acionista controlador, que garantiu subsídio mensal no orçamento do Estado para custeio; (iii) esforços para reorganização do quadro de pessoal, incluindo a realização de um PDV - programa de demissão voluntária e também reallocações motivadas, com o objetivo de redução mensal da folha de pagamentos; (iv) outros esforços na redução de outros custos operacionais e administrativos. Como resultado dessas medidas, a Companhia está, gradualmente, reestabelecendo sua liquidez e seu equilíbrio operacional, conforme verificado pelos resultados positivos dos exercícios de 2018 e 2017 nos montantes de R\$1.838.609 e R\$511.870, respectivamente. A continuidade operacional da Companhia fica sujeita à manutenção das medidas anteriormente mencionadas para que seja restabelecido um fluxo de caixa capaz de permitir o equilíbrio econômico e financeiro, bem como a diluição do seu prejuízo acumulado no montante de R\$127.657.241 (R\$129.495.850 em 2017). Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

ÊNFASES

Contas a receber - Precatórios - A Companhia possui o valor de R\$5.410.117 (R\$5.951.980 em 2017), registrados no ativo não circulante na rubrica Clientes, referenciar a receber junto a algumas prefeituras já transitados em julgado e com ofícios requisitórios. Entretanto, dado a morosidade dos procedimentos de pagamentos de precatórios pelas entidades públicas do país, não há uma previsão de data de recebimento dos referidos ativos. **Reapresentação das demonstrações financeiras** - Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 (e), em decorrência de trabalhos de reconciliações realizados para as rubricas de ativos imobilizados e propriedades para investimentos, assim como para determinados impostos a recuperar, a Companhia identificou inconsistências nos saldos anteriores ao exercício corrente, e em atendimento aos normativos NBC TG 23 ou CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro), está reapresentando os valores comparativos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao ano anterior - As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo parecer datado de 15 de março de 2018, contém parágrafos semelhantes de "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional" e ênfase ao assunto descrito no subtítulo "Contas a receber - Precatórios", além das seguintes ressalvas: (i) Ausência de laudos atualizados para suportar os valores registrados na rubrica "Propriedades para investimentos"; (ii) Ausência de reapresentações das demonstrações financeiras para as aplicações de exercícios anteriores. Referidas ressalvas foram integralmente regularizadas neste exercício, uma vez que a Companhia obteve laudos específicos para suportar o registrado contábil da rubrica "Propriedades para investimentos", conforme nota explicativa nº 12, bem como está reapresentando suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores em virtude das retificações realizadas em seus saldos de abertura conforme nota explicativa nº 2 (e).

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, e não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: § Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude, omissão ou representações falsas intencionais. § Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. § Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. § Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nosso relatório, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 6 de março de 2019.

Ricardo José Patine Filho
Sócio Diretor - CRC 1SP252050/O-9

Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2

vacc
Verdes | Auditores | Contadores | Consultores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Parecer 01/2019 - Conselho de Administração CODASP - Gestão 2018-2019 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

Em dezoito de março de dois mil e dezanove, o Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas pela Companhia, as informações prestadas pela Administração, assim como o Parecer da Verdus Auditores Independentes, de 06 de março de 2019, o Conselho de Administração manifesta-se favorável à apresentação dos documentos, afirmando que os mesmos encontram-se em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas da CODASP.

EDUARDO SOARES DE CAMARGO - ÂNGELO LUIZ MOREIRA GROSSI - ANTÔNIO CLARET DE OLIVEIRA - DUILIO MALFATTI JUNIOR - FERNANDO NASCIMENTO BARBOSA - JULIANA AUGUSTO CARDOSO
NELSON ANTÔNIO DE SOUZA - ROSSI ELI SOARES DA SILVA - SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO

CONSELHO FISCAL - Parecer 01/2019 - Conselho Fiscal - CODASP - Gestão 2018-2019 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

Em dezoito de março de dois mil e dezanove, o Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas pela Companhia, as informações prestadas pela Administração, assim como o Parecer da Verdus Auditores Independentes, de 06 de março de 2019, e a análise de Administração de Administração, por unanimidade, a vista das verificações realizadas do exercício social, manifesta-se favorável à apresentação dos documentos, afirmando que os mesmos encontram-se em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas da CODASP.

OMAR CASSIM NETO - EDUARDO HENRIQUE DE AZEVEDO - GILBERTO SOUZA MATOS - MARIA DE FÁTIMA BEZERRA VEIGA - PEDRO IVO FERREIRA DE SOUZA JUNIOR